

Sobre a necessidade do imperialismo no século XXI

Hugo F. Corrêa¹
Professor de Economia da
Universidade Federal Fluminense

1 Uma versão substantivamente distinta deste texto foi apresentada há muitos anos atrás no XVIII Encontro Nacional de Economia Política, sob o título “Guerra e paz no capitalismo contemporâneo: revisitando o debate sobre a necessidade do imperialismo”, ainda influenciada pelo estudo que terminara em minha tese de doutoramento (cf. Corrêa, 2012). Agradeço a Leonardo Leite pela leitura de uma versão prévia do presente artigo, sem, evidentemente, imputar-lhe quaisquer erros aqui contidos – que permanecem de minha inteira responsabilidade.

Resumo: No momento em que a Guerra dos Balcãs, primeiro, e as invasões do Afeganistão e do Iraque, depois, irromperam levantando novamente o quase esquecido debate sobre a relação entre dominação econômica e política num mundo integrado pelo mercado mundial, não era certo ainda que voltaríamos a ouvir falar em imperialismo. O presente artigo busca problematizar a questão das rivalidades internacionais potencialmente bélicas no capitalismo contemporâneo, a partir do debate, travado na virada do século XX, sobre a necessidade do imperialismo. Nesse sentido, pretende-se estabelecer um paralelo entre concepções que naturalizam ou desvinculam as guerras contemporâneas da própria dinâmica capitalista e aquelas que o faziam há pouco mais de cem anos atrás. A partir daí, tentamos sustentar que a análise deste fenômeno não deveria restringir-se a aspectos estritamente empíricos para reafirmar a importância contemporânea da teoria do imperialismo.

Palavras-chave: 1. Imperialismo; 2. Economia Política; 3. Capitalismo contemporâneo

Abstract: This paper seeks to debate the questions of the war and the international rivalries in contemporary capitalism, by looking back at late nineteenth century the debate over the *necessity of imperialism*. In this sense, we establish a parallel between conceptions that naturalize and unlink contemporary wars from capitalist dynamics today and those that did the same more than a hundred years ago. We argue that the analysis of these phenomena should not restrict itself to empirical aspects, and reaffirm the contemporary relevance of theory of imperialism.

Keywords: 1. Imperialism; 2. Political Economy; 3. Contemporary Capitalism

Nos anos 1990, quando a Guerra dos Balcãs, primeiro, e as invasões do Afeganistão e do Iraque, depois, irromperam levantando novamente o quase esquecido debate sobre a relação entre dominação econômica e política num mundo integrado pelo mercado mundial, não era certo ainda que voltaríamos a ouvir falar em imperialismo.

Quase cem anos antes, Lenin escrevera seu opúsculo *Imperialismo: fase superior do capitalismo?*, que pautaria todo debate posterior sobre o tema. Naquele momento, em plena I Guerra Mundial, nem ele nem seus principais antecessores neste debate – notadamente Hilferding, Kautsky, Luxemburgo e Bukharin – tinham dúvidas de que aquele terrível episódio da história humana estava diretamente ligado às contradições do capitalismo de seus tempos.

No entanto, passados os horrores de duas guerras mundiais, entre as múltiplas outras menores que povoaram o mundo num período que ficou lembrado por uma longa guerra que “nunca eclodiu”, a Guerra Fria, grande parte dos cientistas sociais reluta, hoje, em associar rivalidades internacionais e intervenções militares de potências capitalistas ao redor do globo à dinâmica geral de funcionamento do capitalismo. Mesmo

quando admitido que o “capitalismo de nossos tempos” está longe de poder ser qualificado como pacífico, confere-se aos conflitos militares explicações, frequentemente, conjunturais e primariamente políticas (no sentido mais raso da palavra), sempre remetendo-se, de um lado, à ausência de tensões (com desfechos possivelmente bélicos) entre as principais potências capitalistas, e à crescente homogeneização do espaço econômico, que apagaria as diferenças nacionais, de outro, para apontar que o imperialismo já não é uma realidade hoje.

O presente artigo busca problematizar a questão das rivalidades internacionais potencialmente bélicas no capitalismo contemporâneo a partir da discussão sobre a necessidade do imperialismo entre os últimos anos do século XIX e o início do XX. Para tal, a primeira seção recupera documentos pouco conhecidos que mostram que, às vésperas da I Guerra, não havia consenso nos círculos socialistas de que o imperialismo existisse ou fosse um problema. Em seguida, reconstrói-se o núcleo do debate sobre a necessidade do imperialismo em Lenin e Kautsky. Por fim, é apresentado um paralelo entre os debates anteriormente mencionados e o momento atual.

O debate sobre o imperialismo na II Internacional

É recorrente e bem justificada a ideia de que a obra *Imperialism: a study*, de 1902, de John Atkinson Hobson (2005) dá partida ao debate sobre a teoria do imperialismo. Se compreendermos o modo como essa teoria se cristalizou nos debates posteriores, o pioneirismo de Hobson faz sentido. Mesmo antes de Hobson, contudo, é possível encontrar registros históricos interessantes sobre o assunto.

Os esforços nesse último sentido nos conduziram, provavelmente, aos últimos anos do século XIX e nos ajudariam em muito a compreender as próprias razões de Hobson em seu

estudo. Hobson não cunhou o termo “imperialismo”², nem se referia a um fenômeno vago e até então “despercebido” por outrem. Ao menos desde a década de 1870 o termo – tivesse ele conotação positiva ou negativa – vinha se tornando lugar comum no debate político, e o acirramento do neocolonialismo colocava-o na pauta de praticamente qualquer movimento politicamente engajado. É claro que as organizações dos trabalhadores, como particularmente a Segunda Internacional, fundada em 1889, não poderiam deixar de discuti-lo.

Um traço marcante do debate travado no contexto da Segunda Internacional, registrado na importante obra de Day & Gaido (2012), é perceber como mesmo nos círculos socialistas as visões sobre o imperialismo encontravam-se ainda enredadas pela retórica conservadora, que via no neocolonialismo em curso (e no militarismo que trazia consigo) o resultado das tendências “naturais” europeias que geravam uma população supranumerária com relação às suas possibilidades de sustento e/ou o curso de uma tarefa “civilizatória” que não se devia desprezar.

O exemplo mais famoso, combatido e caricato, mas ainda assim profundamente influente no debate coetâneo, nos é oferecido por Edward Bernstein que, desde o fim do século XIX, reiteradamente defendeu tais posições. Em 1896, por exemplo, ele escreveria:

“Raças que são hostis ou incapazes de civilizar-se não podem reclamar nossa simpatia quando se revoltam contra a civilização. [...] não importa quão crítica seja nossa visão sobre a civilização contemporânea, devemos ainda assim reconhecer seus avanços relativos e tomá-los como critério para nossa simpatia. Condenaremos e nos oporemos a certos métodos de subjugar os selvagens. Mas não condenaremos a ideia de que os selvagens devem ser subjugados e ajustados às regras

² A referência clássica da historiografia sobre o assunto é o trabalho de Koebner & Schmidt (1964). Discutimos o tema brevemente em Corrêa (2012, p. 51-53).

da civilização mais evoluída.” (apud DAY & GAIDO, 2012, p. 11. Tradução nossa).

O nome de Bernstein salta aos olhos quando se trata deste debate, por ser uma das mais destacadas figuras do movimento socialista naqueles dias. Por um lado, a influência de Bernstein derivava-se em parte da proximidade que tivera com Marx e, especialmente, com Engels – que o teve em alta conta, até mesmo com relação a Kautsky;³ por outro, tornara-se em pouco tempo o mais lembrado nome do revisionismo reformista. Sua influência no interior do movimento socialista não deve, entretanto, ser subestimada.

Como não poderia deixar de ser, o posicionamento de Bernstein a respeito da política colonialista levantaria reações, como a merecida crítica recebida imediatamente pela pena de Belfort Bax ou as posteriores críticas de Kautsky e Luxemburgo, para ficar apenas em algumas⁴. No entanto, é preciso perceber que Bernstein não estava abordando uma questão resolvida no interior do movimento socialista e que passava muito longe de ser uma voz isolada. Aliás, convém lembrar que a própria trajetória do SPD (o Partido Socialdemocrata Alemão, que congregava socialistas de diferentes tendências), do qual Bernstein foi membro no Reichstag, flertou constantemente com o reformismo até a Primeira Guerra e o fim da Segunda Internacional.

3 Bernstein, assim como Kautsky, conheceu Marx e Engels em Londres, durante o exílio. Em sua biografia sobre o “velho Marx”, Musto (2018, p. 55) relata que tanto Marx quanto Engels tiveram fortes reservas com relação a Kautsky – a quem, em carta dirigida a sua filha Jenny, Marx confidenciara considerar medíocre, limitado e pedante; na mesma época (fim de 1881), Engels escreveria a August Bebel: “[Bernstein] tem verdadeiro tato e apreende as coisas no ar; o exato oposto de Kautsky, que é um sujeito honesto, porém pedante, um sofista nato, em cujas mãos não são as questões complicadas que se tornam simples, mas, ao contrário, são as simples que se tornam complicadas”.

4 Cf. Day & Gaido (2012, p. 11-12, 18 *et seq.*).

Influenciada ou não por Bernstein, naquela quadra histórica, boa parte tanto das opiniões “ilustradas” quanto das impressões populares ainda se rendia aos argumentos que naturalizavam a necessidade do imperialismo. E mesmo tendo a contestação a tais afirmações aparecido no movimento socialista tão cedo quanto no debate interno ao SPD de 1885⁵, ainda no Congresso de Stuttgart de 1907 da Segunda Internacional essas opiniões se faziam ouvir (DAY & GAIDO, 2012, p. 25).

Nesse sentido, não deixa de causar espécie que em certa literatura burguesa houvesse maior clareza quanto ao sentido do neocolonialismo (ou do imperialismo como um todo) em curso. A comparação entre os textos coligidos na já citada obra de Day & Gaido e o estudo de Norman Etherington (1984) demonstra que parte da mídia burguesa da época era desde a virada do século capaz de enxergar um “elemento sistêmico”, por assim dizer, nas intervenções imperialistas enquanto parte dos socialistas mantinha-se refém dos argumentos que as naturalizavam. A pesquisa de Etherington aponta inicialmente para

5 Segundo Day & Gaido (2012, p. 9-10), a questão tinha aparecido para o SPD em 1884, girando em torno do apoio ou não à política colonialista por meio da concessão de subsídios às companhias marítimas que criassem linhas comerciais com regiões da Ásia, da África e da Austrália. Ainda de acordo com os autores, a posição majoritária no partido era por apoiá-la, embora, no interior do partido, a minoria tenha saído vitoriosa graças às intervenções de August Bebel e Wilhelm Liebknecht. Foi Liebknecht quem declarou, num discurso de março de 1885: “Nos perguntemos calmamente: qual o verdadeiro propósito da assim-chamada política colonial? Se formos ao fundo da questão, seu propósito declarado é controlar a superprodução e a superpopulação. Mas o que são superprodução e superpopulação? Esses são termos relativos... A superpopulação existe porque temos instituições econômicas e sociais pobres, e o mesmo acontece com a superprodução. Os industriais reclamam que não conseguem vender seus produtos. Sim, cavalheiros, por que não conseguem vendê-los? Porque o povo não pode comprá-los... a riqueza nacional anda de mãos dadas com a pobreza em massa... Irá a política colonial resolver algo a esse respeito? Não, cavalheiros, você apenas exporta a questão social e conjura aos olhos do povo um tipo de miragem nas areias e pântanos da África” (apud DAY & GAIDO, 2012, p. 9-10. Tradução nossa).

o modo – algo cínico, é verdade – como nas páginas do jornal *United States Investor* (um periódico financeiro de pequena circulação de Boston) havia, no ano de 1898, se depurado a conclusão de que “ao contrário das expectativas de quase todos, a guerra era boa para os negócios” (Ibid., p. 7. Tradução nossa).

Até maio daquele ano, o *Investor*, como a maior parte da mídia financeira, segundo Etherington, havia se posicionado contrariamente às investidas imperialistas do país na guerra hispano-americana. A mudança de atitude teria vindo conforme se chega à conclusão de que, embora a guerra envolvesse grande dispêndio de “dinheiro dos contribuintes”, “o governo ao se apropriar desse dinheiro para a guerra está na verdade gastando sua maior parte para beneficiar as indústrias americanas e gerando um estímulo extraordinário aos negócios em vários setores” (Ibid., p. 9). Em junho do mesmo ano, sua visão passaria ainda a abarcar uma concepção ainda mais complexa do fenômeno, envolvendo a necessidade dessa política para que se pudesse dar emprego lucrativo para o capital norte-americano, provendo-o com novos mercados e novos campos para investir os lucros já previamente acumulados (Ibid., p. 11). Por fim, até o fim daquele mesmo ano de 1898, o *Investor* completaria seu raciocínio, acrescentando à mistura que conduzia à necessidade do imperialismo a crescente “combinação de capitais”, os trustes:

“Nenhuma outra época se parece com esta em particular. Não seria possível que se parecesse... As mudanças nas condições econômicas e nas formas de se satisfazer os desejos materiais da humanidade experimentaram transformações maiores nos últimos cem anos do que em todos os séculos passados. Um excesso [congestion] de capital é o resultado. A riqueza do mundo é agora tão grande que ela se multiplica num ritmo fenomenal. Por isso, o problema de encontrar emprego para o capital se tornou um problema de grande magnitude. Ele é atualmente o maior de todos os problemas econômicos que nos confrontam. O truste é o resultado natural desse estado de coisas. O excesso de capital resultou em

uma concorrência não lucrativa.” (apud ETHERINGTON, 1984, p. 15-16. Tradução nossa)

Em suma, as opiniões expressas no periódico evoluíram de uma postura crítica com relação à “acumulação” de colônias que resultara da guerra hispano-americana até o ponto em que passavam a relacionar sobre-acumulação de capital, queda das taxas de lucro, monopolização da economia e a necessidade de uma política imperialista⁶. É bem verdade que não se poderia atribuir às opiniões expressas num jornal de pequena circulação a “verdadeira origem” do debate teórico sobre o imperialismo – mas o que Etherington tenta mostrar é como as opiniões ali contidas viriam a influenciar algumas das análises pioneiras do imperialismo, a de Hobson inclusive, no movimento socialista (especialmente naquele localizado na Grã-Bretanha) por intermédio de Gaylord Wilshire (Ibid., cap. 2).

Por fim, destaque-se que a análise proposta por Etherington a respeito do pioneirismo das análises burguesas sobre o imperialismo não se restringem ao movimento já descrito, mas aparecem também de modo transfigurado na Alemanha dos primeiros anos do século XX: “Assim como os capitalistas americanos e ingleses precederam aqueles dois autores [Wilshire e Hobson] na proclamação da necessidade econômica do imperialismo, na Alemanha os admiradores capitalistas do imperialismo pavimentaram o caminho para a crítica socialista” (Ibid., p. 105. Tradução nossa). No caso alemão, a apologia ao imperialismo havia ficado por conta especialmente dos banqueiros Jacob Riesser (também professor da Universidade de Berlim) e Otto Jeidels. Coube a eles o papel de, a partir de 1905, proclamar as vantagens da combinação de capitais entre bancos

⁶ Mesmo que, como adverte Etherington, isso não significasse que os editores do *Investor* considerassem que “o desenvolvimento industrial do século XIX gerou o excesso de bens e capital que levou ao aumento dos trustes e tornou o imperialismo uma ‘necessidade’”, mas sim que o imperialismo se tornaria “uma necessidade no futuro” (ETHERINGTON, 1984, p. 21).

e indústrias e associá-las à necessidade de um expansionismo que garantisse acesso aos alemães a matérias-primas e campos lucrativos de atuação. Ainda segundo Etherington (Ibid., p. 109), foram Riesser e Jeidels que proveram os dados empíricos tomados por Hilferding para estabelecer sua abrangente teoria do imperialismo.

De volta ao assunto que nos interessa mais imediatamente, o importante a se registrar é que no contexto histórico da virada do século XX, não havia claro consenso sobre a necessidade do imperialismo ou mesmo sobre sua indesejabilidade. E, de fato, não foram poucos os socialistas de então que imaginaram ser impossível ou imprudente um posicionamento veemente contra sua face mais visível, o neocolonialismo, defendendo em geral uma postura crítica, mas ao mesmo tempo vendo as colônias como um fato dado e discutindo, até mesmo, qual seria a “política colonial socialista” – dada a impossibilidade de simplesmente “abolir” as colônias e a missão civilizatória que se desempenhava nelas.

Naquele contexto, vozes como as de Heinrich Cunow, Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek, entre outras, surgem como vozes esclarecidas contra a aceitação não crítica do conservadorismo irrefletido. Seu traço distintivo era a clara percepção de que a política colonialista não podia ser justificada mediante os expedientes burgueses, que nada havia de natural e imutável nela, que aquela política se ligava ao modo específico de desenvolvimento do capitalismo em seus dias. Entre essas vozes estava também a de uma das principais figuras da social democracia daqueles dias: Karl Kautsky.

Não obstante a importância da resposta inicial de Kautsky de rechaçar a naturalização do imperialismo, durante as primeiras décadas do século XX, a evolução de suas ideias sobre o tema o lançaria numa nova controvérsia, sobre *como o imperialismo ligava-se àquele capitalismo*.

O debate “clássico” sobre a “necessidade do imperialismo”

De um modo geral, todos os grandes autores do debate clássico sobre o imperialismo concordavam que as guerras que permearam o fim do século XIX – assim como a Guerra que marcou o início do século XX – eram implicações diretas do imperialismo, ainda divergissem quanto ao sentido preciso deste. De fato, todo o período que se estende do último quarto do século XIX até a Primeira Guerra mundial foi marcado pela formação de múltiplos impérios e por uma crescente disputa entre as potências capitalistas pelo controle do globo.

Mas mesmo entendendo que o imperialismo era responsável pela formação daquele sistema de rivalidades internacionais, seria possível projetar para o futuro do capitalismo a persistência desse sistema de rivalidades? Conforme as definições para a categoria imperialismo variavam entre os marxistas, também as respostas possíveis a essa questão variavam. Podemos dizer que, entre os principais debatedores sobre o tema, há uma vasta gama de possibilidades que iam da completa negação de sua persistência até sua completa permanência: Hobson (2005), considerava o imperialismo um mal a ser evitado, especialmente por meio de políticas de distribuição de renda; Hilferding (1985) não tratou do imperialismo como algo inevitável mas como uma política, contudo, considerou ao mesmo tempo que esta era a política econômica do capital financeiro, típica do período portanto; já Luxemburgo (1985) viu o imperialismo como elemento intrínseco ao capitalismo, mas fundamentalmente porque abordou a questão desde o ponto de vista da necessidade do capital de se expandir por sobre todo o mundo ainda não capitalista, ou não plenamente capitalista (as esferas externas ao capitalismo)⁷. Contudo, o principal debate

⁷ A tese de Luxemburgo rendeu muitos frutos, sendo ainda muito lembrada (cf., por exemplo, HARVEY, 2005). O mais interessante é que sua contribuição

nesse campo ficaria à cargo de Karl Kautsky e Vladimir I. Lenin, em sua divergência sobre a necessidade do imperialismo.

Como é amplamente sabido, Lenin associava o imperialismo a uma fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela monopolização da economia, pela dominância do capital financeiro (definido nos termos de Hilferding), pela exportação de capital e pela dominação mundial exercida, do ponto de vista econômico, pelas associações capitalistas e, do ponto de vista político, pelas potências capitalistas (LENIN, 1979, p. 641-642). Nesse sentido, Lenin considerava que as guerras de anexação e as rivalidades entre as potências capitalistas eram um traço necessário do capitalismo moderno, indelével a menos que o próprio imperialismo fosse superado. Suas posições nesse sentido são por demais conhecidas para que valha a pena aqui um resgate mais detalhado.

Kautsky coloca-se no campo oposto do debate. Seus argumentos aparecem com clareza, por exemplo, em um conhecido artigo em que busca refutar as ideias de Heinrich Cunow. Cunow, a exemplo do que defenderia Lenin, visualizava no imperialismo a síntese de todas as características principais do capitalismo daquele momento. Assim, de acordo com Kautsky, seríamos

seja reconhecida mesmo quando se aponta a inadequação de seu ponto de partida – o suposto erro de Marx ao desconsiderar a existência das esferas externas ao capitalismo. Desde o ponto de vista teórico, julgamos que a principal contribuição recente a este debate foi estabelecida pela crítica de Lucia Pradella (2013) ao “nacionalismo metodológico” ostentado por Luxemburgo e, segundo ela, também por Lênin. Por outro lado, a respeito de um tema que será desenvolvido na sequência, é interessante observar uma crítica dirigida à Luxemburgo por Bukharin (1976), sintetizada como segue em Corrêa (2012, p. 103): “Sem precisar [a] relação entre o imperialismo e a nova fase do capitalismo, a definição de Luxemburgo aproximar-se-ia [em certo sentido] da de Kautsky, na qual (segundo exemplo de Bukharin) não era considerado imperialismo a guerra pelo controle de regiões já capitalistas (como a disputa, entre França e Alemanha, pelo controle do Ruhr) e, alternativamente, obrigava a ter como imperialista a luta dos Estados português e espanhol no continente americano imediatamente após sua descoberta”.

“levados a resumir no termo imperialismo todos os fenômenos do capitalismo moderno: cartéis, impostos protecionistas, poder financeiro e política colonial. Entendido desse modo, o imperialismo é naturalmente uma necessidade vital para o capitalismo. Mas essa interpretação não é senão uma frágil tautologia, que não nos diz outra coisa a não ser que o capitalismo não pode existir sem capitalismo.” (KAUTSKY, 2002, p. 443).

Ou, como exposto mais adiante, entendida dessa forma a “necessidade” significaria apenas que “o imperialismo existe e que derivou necessariamente de dadas condições e que, como qualquer outra coisa que existe, não é uma formação acidental”. Mas tal afirmação, acrescenta Kautsky, “não nos fornece a menor pista para entrever o *futuro do imperialismo*” (Ibid., p. 475).

Segundo Kautsky, o imperialismo não deveria ser identificado com a nova fase do capitalismo, mas como uma forma possível de política: “Creio que temos dos os motivos para permanecer fiéis a essa distinção entre capital financeiro como causa e imperialismo como efeito”, que ademais fora estabelecida já nos trabalhos de Hilferding, como Kautsky recorda. E continua: “Isso corresponde ao uso linguístico que entende por imperialismo um particular sistema de política” (Ibid., p. 471). Mais precisamente, o imperialismo seria definido, nessa concepção, como a política de anexação de “territórios agrários”, que surge em consequência da crescente desproporção entre produção industrial e produção primária nas economias capitalistas mais avançadas e que tem como principal consequência a elevação do antagonismo entre impérios coloniais rivais em disputa pela ampliação territorial.⁸

Como instrumento possível, mas não exclusivo, da expansão capitalista, Kautsky vê no imperialismo uma política de

8 “O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste no impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões agrárias cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam”. (KAUTSKY, 2002, p. 444).

“fôlego curto”. Segundo o autor, assim como a “concorrência desenfreada entre grandes indústrias, grandes bancos e grandes fortunas já produziu a ideia do cartel das grandes potências financeiras que têm devorado as pequenas”, do mesmo modo, “da guerra mundial entre as grandes potências imperialistas, pode surgir um acordo entre os mais fortes, que ponha fim à corrida armamentista”. Com isso a política imperialista vigente seria, tendencialmente, substituída por um ultra-imperialismo, fruto, de um lado, da crescente resistência ao imperialismo entre os povos colonizados e trabalhadores dos países industriais, mas também, de outro lado, do aumento dos custos associados à corrida armamentista e à expansão colonial, levando assim a uma superação do imperialismo baseada no acordo entre as potências capitalistas. Em suas palavras:

“Do ponto de vista puramente econômico, portanto, não se pode excluir a possibilidade de que o capitalismo viva uma fase, uma fase na qual a política dos cartéis se transfira para a política externa, uma fase de ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos combater com a mesma energia com que combatemos o imperialismo, mas cujos perigos estarão em outra parte, não na corrida armamentista nem na ameaça à paz mundial.” (Ibid., p. 462).

No que toca o problema que ora nos ocupa, o fundamental não são tanto as diferenças implicadas na definição alternativa de Lenin, mas as implicações dessa definição nas expectativas sobre as possibilidades de eliminação das rivalidades potencialmente bélicas no capitalismo. Como observado pelo próprio Lenin:

“[...] como se deve qualificar a fase atual do capitalismo: de imperialismo ou de fase do capital financeiro? Chame-se-lhe como se queira, isso é indiferente. O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o

modo de atuar não monopolista, não violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.” (LENIN, 1979, p. 644).

Entre essas “contradições fundamentais”, Lenin colocava, é claro, os interesses inconciliáveis de capitais de diferentes nacionalidades em busca do controle das fontes de matérias-primas e dos mercados externos que só poderiam ser resolvidos, acreditava, violentamente. Parte dos comentadores desse debate observou que os horrores da Primeira Guerra não puseram fim às animosidades internacionais, mas prepararam o terreno para a eclosão de outra guerra ainda mais destrutiva no curto período de duas décadas; mas que, por outro lado, o período posterior foi marcado por uma relativa estabilidade na geopolítica internacional, ao menos no que toca as relações entre as potências capitalistas. Ambas as conclusões nos parecem precipitadas – isto é, nem a Segunda Guerra prova a inevitabilidade do imperialismo, nem a “estabilidade” posterior prova sua ausência (na verdade, como assinalado anteriormente, ainda que não estejam no horizonte contemporâneo conflitos substantivos entre as potências capitalistas, não houve uma década sequer ao longo de todo este período em que se possa afirmar de modo consequente que reinou a paz).⁹

9 Voltaremos a esse tema na próxima seção. Por ora, observe-se que Katz (2011, cap. 2) considera que, com as transformações do período do pós-guerra, surgiram (já nos anos 1970), três “modelos” explicativos para o imperialismo: o primeiro, influenciado predominantemente por Lenin; o segundo, por Kautsky; e o terceiro, disposto a questionar o kautskismo, mas defensor da necessidade compreender a limitação histórica da análise de Lenin.

Do ponto de vista teórico, a oposição mais importante à posição defendida por Lenin veio na década de 1950, com o trabalho *Imperialism of free-trade* dos historiadores ingleses John Gallagher e Ronald Robinson. Sem negar que o imperialismo fizesse parte das vidas econômica e política da Inglaterra no fim do século XIX, a crítica de Gallagher & Robinson (1953) mirou no que supunham ser o “coração” da tradição teórica de Lenin: sua concepção histórica, que partia da política britânica no fim daquele século para definir o imperialismo. O ponto defendido por eles é que as aspirações imperiais britânicas datariam de muito antes, supostamente fazendo implodir assim a oposição entre o imperialismo (entendido como um novo estágio do capitalismo ou a política típica desse novo estágio) e o período precedente, em geral caracterizado pela liberdade de comércio.

Tal afirmação baseava-se, em primeira instância, em dados sobre a expansão territorial britânica entre as décadas de 1841 e 1851, mas repousava sobretudo na ideia de que o imperialismo do período seria um fenômeno tão mais significativo caso não se considerasse apenas os territórios formalmente subsumidos à Coroa britânica, mas também um conjunto muito maior de países que constituiriam seu império informal e que, do ponto de vista econômico, era dominado sobretudo pelos tratados de livre-comércio. Com isso, sugeriam os autores, o imperialismo deveria ser considerado como “uma função política suficiente [do] processo de integração de novas regiões em uma economia em expansão; seu caráter é decidido em grande medida pelas várias e mutáveis relações entre os elementos políticos e econômicos da expansão em qualquer região ou momento particulares” (id., p. 5-6. Tradução nossa). Nesse sentido, acrescentavam, o imperialismo não responderia a interesses econômicos diretos, mas a “decisões estratégicas” que não se reduziam aos desejos de expansão motivados por razões econômicas. Em conclusão, pode-se afirmar que os argumentos oferecidos por Gallagher & Robinson, particularmente

para explicar as intervenções militares inglesas no continente africano, localizavam na estrutura interna daquele continente a necessidade da criação de um império formal nas últimas décadas do século XIX – motivada pela ausência de estruturas de poder local dispostas a aceitar acordos que submetessem aquelas regiões a um governo informal britânico.

Mais tarde Panitch & Gindin se baseariam justamente nessa ideia de Gallagher & Robinson para afirmar que:

“Até 1914, Kautsky, não menos que Lenin, havia aceitado, seguindo o livro de Hilferding *Finance Capital*, que a forma “violenta e brutal” de competição imperialista era “um produto do alto nível de desenvolvimento do capitalismo industrial”. No entanto, Kautsky tinha razão ao perceber que mesmo quando a rivalidade interimperialista havia conduzido a uma guerra entre as principais potências capitalistas, esta não era um aspecto inevitável da globalização capitalista. O que tanto irritava Lenin nesta leitura excessivamente politizada da teoria do imperialismo era que Kautsky pensava que “havendo aprendido a lição da guerra mundial”, as principais classes capitalistas dominantes podiam eventualmente reavivar a globalização capitalista através de uma colaboração “ultra-imperialista” em vista da força crescente de um proletariado industrial que, não obstante, não contava ainda com as capacidades para efetuar uma transformação socialista. Mas o próprio Kautsky caiu no reducionismo ao conceber sua noção de ultra-imperialismo, como ele mesmo repetiu várias vezes, de “um ponto de vista puramente econômico”, em vez de fazê-lo a partir de uma teoria séria do estado. Ainda mais, se Kautsky tivesse posto mais ênfase em sua percepção anterior (de 1911) segundo a qual os “EUA são o país que nos mostra nosso futuro social no capitalismo” e em vez de antecipar uma aliança equitativa entre os países avançados tivesse reconhecido a capacidade do novo império informal emergente dos EUA de penetrar e coordenar eventualmente tais países, se tivesse estado muito mais próximo do que, na verdade, aconteceu logo após 1945.” (PANITCH & GINDIN, 2006, p. 28-29. Grifos nossos)

O que parece passar despercebido dos autores, no entanto, é que a importância da divergência entre Lenin e Kautsky expressava, evidentemente, posições antagônicas de dois líderes políticos num momento crítico para o movimento dos trabalhadores. Como vimos na seção anterior, os socialistas haviam se deparado com os problemas do imperialismo a partir de uma exigência prática de se posicionar frente ao conjunto de políticas dominado por aquele ambiente de crescentes colonialismo, militarismo e protecionismo. Assim, embora seja correta a posição defendida por Gallagher & Robinson (e reafirmada em Panitch & Gindin), de que o imperialismo poderia assumir uma forma econômica, através de relações de mercado – algo que, acredita-se, sequer é incompatível com a própria perspectiva leniniana¹⁰ –, as consequências das afirmações kautskianas em seu contexto histórico são pouco problematizadas.

De fato, a própria mudança na posição de Kautsky, assinada por Panitch & Gindin, resulta incompreensível sem essa referência. Como observado por Katz (2011, tradução nossa), tal debate atingiu seu ponto culminante no interior da Segunda Internacional precisamente quando

“o governo [alemão] pressionou os socialistas a aprovarem os créditos de guerra, necessários para o financiamento da ação colonial. A corrente direitista influenciada por Bernstein aceitou essa exigência, argumentando que o país deveria proteger-se contra as agressões externas, assegurando a paz desde uma “posição de força”. Justificava, ademais, a expan-

10 Por isso Lenin (1979, p. 639. Grifos nossos) sugere que: “Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática”.

são imperial, afirmando que a Europa devia contribuir para a civilização dos povos mais atrasados. A vertente centrista encabeçada por Kautsky se opôs. Denunciou os crimes coloniais e previu terríveis consequências de uma escalada bélica. Explicou, ademais, que a Alemanha tentava contrarrestar sua chegada tardia à repartição mundial com ações militaristas desenfreadas. Mas esta crítica não o impediu de mudar de atitude frente ao crescimento das pressões oficiais, para alinhar os parlamentares socialistas com a causa patriótica. Para evitar o eminente derramamento de sangue, Kautsky propôs arrastar as classes dominantes para uma perspectiva de paz.”

Day & Gaido (2012, p. 61) notam que Kautsky, em seu livro *O caminho do poder* de 1909, ainda “tratou o imperialismo como uma consequência dos desenvolvimentos econômicos e políticos recentes. Pouco depois, entretanto, ele passou a argumentar que o imperialismo era uma questão de *política* – não uma necessidade histórica – e que essa política presumivelmente seria alterada para evitar uma guerra mundial”. Desse modo, em sua atuação no SPD, Kautsky se virou, na Conferência de março de 1909, para a defesa de uma política de desarmamento e de apoio a tratados internacionais que tencionassem evitar a guerra¹¹. Dois anos depois, num artigo a propósito do primeiro de maio (de 1911), ele escreveria:

11 A respeito desta transformação, é interessante observar a descrição de um biógrafo de Lenin, Tamás Krausz (2017, p. 203), sobre a reação do autor: “Haja vista que a irrupção da Primeira Guerra Mundial trouxe à superfície o bernsteinismo amplamente aceito e antimarxista e levou a sua expansão dentro da Internacional, uma mudança na social-democracia certamente aconteceu. Foi algo que Lenin identificou e denunciou ainda em estágio bastante inicial, revelando, ao mesmo tempo, a estratégia política não revolucionária e a visão de mundo evolucionista de seu ‘ídolo’ alemão, Karl Kautsky. No caso de Kautsky, Lenin se dispunha, em geral, a fazer vista grossa. Em primeiro lugar, não desejava ingressar em debates políticos de escala internacional, pois, para uma série de questões, a autoridade de Kautsky seria vantajosa para os bolcheviques. Em segundo lugar, ainda não reconhecia os próprios aliados na Internacional, embora as críticas de Rosa Luxemburgo, Karl Rádek e Anton Pannekoek a respeito de Kautsky precedessem as dele [...]. A atitude de Kautsky quanto à guerra ofereceu a

“Nós não deveríamos sob nenhuma circunstância confrontar a demanda por acordos internacionais para preservar a paz ou limitar os armamentos... por considerar que a guerra está intimamente ligada à natureza do capitalismo e é, portanto, inevitável. A questão não é tão simples. E quando vêm propostas de preservação da paz e limitação dos armamentos do lado burguês, propostas que são até certo ponto realizáveis, nós temos todas as razões para apoiá-las e para forçar os governos a se posicionarem diante delas. Quando nossa fração parlamentar fez isso recentemente no Reichstag, ela agiu de modo inteiramente correto”. (*apud* DAY & GAIDO, 2012, p. 64. Tradução nossa)

Quando se chega ao evento fatídico mais conhecido da dissolução da Segunda Internacional, a aprovação dos créditos de guerra concedido ao governo alemão, em dezembro de 1914, com apoio de todos os parlamentares do SPD (exceção feita à Karl Liebknecht, que deixaria o partido com Luxemburgo e outros depois disso), a posição de Kautsky já estava, portanto, determinada.

Logo, não se trata de uma coincidência – nem pode ser tido como uma “miopia” teórica, como parece ser o diagnóstico de Panitch & Gindin na passagem supracitada – que a principal transformação aventada pelo ultra-imperialismo de Kautsky fosse sua tendência pacífica. E precisamente por isso, a perspectiva de Kautsky representava para Lenin um exemplo ímpar dos efeitos do oportunismo sobre a classe trabalhadora. Enquanto Lenin se esforçava por negar ativamente qualquer capitulação nacionalista com os Estados em guerra, Kautsky fornecia argumentos para uma política de conciliação com as burguesias nacionais e, ao extrapolar tendências econômicas para afirmar o ultra-imperialismo, dava crédito àqueles que apostavam na possibilidade de uma “revolução social por dentro” do Estado.

Lenin uma imagem clara de como o papa da social-democracia encontrava-se perdido para a causa política revolucionária. Isso tornou inevitável o embate com Kautsky”.

Mas ao dissociar política e economia desta forma, o modo entender a questão de Kautsky, para além dos problemas apontados por Lenin, abria espaço para a dissociação entre o modo de produção capitalista e a forma de construção dos impérios capitalistas, que em última instância não são mais que uma forma concreta de manifestação do império do capital, isso é, da (no limite) completa subordinação em todo o mundo e de todas as esferas da vida ao imperativo da valorização.

A necessidade do imperialismo hoje

Enquanto no campo marxista as posições de Kautsky e Lenin continuaram pairando sobre o debate, a posição do mainstream, desde o pós-Segunda Guerra até os dias de hoje, foi simplesmente esquecer o “imperialismo” ou relegá-lo à história. Desde as últimas décadas do século passado, o eixo de toda discussão relativa ao tema do imperialismo terminou deslocado pela retórica da globalização. Nesta eram enfatizadas, ao invés das contradições produzidas pelo capitalismo, uma cada vez mais completa integração econômica, política e cultural. Seria o fim das ideologias, das rivalidades, das divisões políticas do século XX – e a vitória da “lógica de mercado”.

Por isso, a guerra e as intervenções militares passariam, em geral, a serem tratadas como fruto anacrônico das ações de governantes de personalidade agressiva, movidos por ideologias ultrapassadas de natureza política, étnica ou religiosa. Assim, é claro que, exceção feita aos chauvinistas menos disfarçados¹²,

12 Nos referimos aqui, evidentemente, aos apologetas das intervenções militares das potências capitalistas. Na medida em que nosso objetivo aqui é traçar um panorama da evolução do debate sem abrir polêmica sobre interpretações de eventos específicos ou com autores específicos, transitando inclusive por entre impressões acadêmicas e cotidianas, optamos por não nomear muitos interlocutores. Recomenda-se para referências das diferen-

esses conflitos seriam condenados amiúde pela “opinião pública” (leia-se a grande mídia empresarial e as organizações supranacionais, oficiais ou da “sociedade civil”) – a não ser quando respondiam por ditas “razões humanitárias”. Como deve ser claro também que mesmo que estejamos enfocando inicialmente a consciência cotidiana a respeito do imperialismo presente, esta encontrará formas adequadas de justificação científica na academia.¹³

Diga-se de passagem, nem é novidade que tais posições tenham encontrado, no meio acadêmico, pronta justificação: voltando ao ambiente do debate clássico, pode-se observar que ainda na década de 1910 Joseph Schumpeter (1961), que fora contemporâneo em estudos de Hilferding, em Viena, sublevar-se contra a influência marxista da teoria do imperialismo, buscando invertê-la por completo. Em seu registro, o capitalismo, com o estímulo ao comércio, criava bases sólidas para superar aventuras violentas pelo mundo, enquanto as guerras e a Guerra (de 1914-18) modernas se explicariam pela resiliência de elementos pré-capitalistas ainda não superados.¹⁴

tes formas de abordar o problema no período contemporâneo consultar, por exemplo, Katz (2011, cap. 7).

13 No campo acadêmico conservador, o caso que mais chamou atenção recentemente foi o de Gilley (2017), que se vale do revisionismo histórico para efetivamente defender o colonialismo não só no passado como no presente. A publicação do artigo quase provocou um cisma no periódico responsável, o *Third World Quarterly*, culminando com a saída maciça de membros do corpo editorial da revista e a retirada de circulação do artigo. É interessante notar, contudo, que sua retirada se fez acompanhar de uma nota que adverte para os fatos de que o artigo havia sido aprovado em sistema de avaliação duplamente cega por pares e que sua retirada se deu em comum acordo entre autor e editores, após ambos alegarem terem sofrido ameaças – o que demonstra que, em certa extensão, sua posição foi respaldada (por pares e editores) como aceitável. Agradeço a Leonardo Leite por chamar atenção a este ponto.

14 O livro de Schumpeter (1961) foi escrito durante a Guerra e sua publicação data de 1919. Na introdução de sua edição em língua inglesa, Paul Sweezy (1961, p. 9), que havia sido aluno, assistente e amigo pessoal de

Mas mesmo no campo crítico, no qual se procura investigar tais fenômenos para além das intenções declaradas, as guerras foram tratadas, no mais das vezes, como uma política de que se poderia lançar mão quando fosse lucrativo. E quantas vezes não vimos repetidas as críticas à ganância e à irracionalidade de políticos e/ou empresários obtusos como “verdadeiras causas” das intervenções militares de grandes potências pelo mundo de hoje?¹⁵ Embora reflita assim uma postura crítica diante

Schumpeter, corrobora a ideia de que o texto buscava combater a teoria marxista e oferecer uma explicação alternativa para a guerra. Curiosamente, no entanto, uma opinião diversa é expressa pelo neto de Kautsky, John H. Kautsky, para quem o trabalho de Schumpeter apresentava influência marxista notável e marcantes semelhanças com as ideias de seu avô: “Começando com um artigo de 1898 e vários outros trabalhos publicados nos quarenta anos seguintes, [Karl] Kautsky desenvolveu uma visão do imperialismo incrivelmente similar àquela de Schumpeter. [...] Kautsky concordou com Schumpeter que o capitalismo industrial ‘puro’ era por natureza pacífico e anti-imperialista, que o imperialismo não era uma característica essencial do capitalismo maduro e que os elementos pré-industriais na sociedade eram os responsáveis pelo imperialismo moderno. Assim como Schumpeter, Kautsky enfatizou a força duradoura desses elementos pré-industriais na sociedade e rastreou suas tendências imperialistas até a pré-história e a antiguidade quando povos guerreiros nômades procuravam expansão territorial ilimitada” (KAUTSKY, 1961, p. 103, tradução nossa). Por fim, vale notar que Etherington (1984, cap. 8) também analisa a contribuição de Schumpeter (ao lado de outro economista de grande influência, Thorstein Veblen) observando sua negação da teoria do imperialismo enquanto explicação para a Grande Guerra. Etherington, no entanto, argumenta que boa parte da repercussão que gozaria a obra de Schumpeter nos anos do pós-guerra é indevida, na medida em que, para ele, “Schumpeter escreveu essencialmente no interior e não fora da tradição marxista” (Ibid., p. 231). O mais interessante das observações de Etherington, porém, é o modo como é capturado o impacto sobre a teoria do imperialismo do ambiente da Guerra Fria, quando se generalizaram a título de crítica modelos esquemáticos pouco representativos do que ela fora realmente (valendo-se para isso inclusive de passagens fora de contexto da teoria de Schumpeter) – e oferecendo assim uma vívida imagem sobre o modo como a teoria do imperialismo foi excluída do debate acadêmico.

15 Para citar apenas um exemplo emblemático, pode-se lembrar a reação

dos conflitos, perde-se nesse conjunto de interpretações o elemento “sistêmico” da violência interestatal, isso é, sua relação precisa com a própria dinâmica social.¹⁶

Antes de seguir adiante, convém dizer que a ampla disseminação das posições acima referidas reside, em boa medida, no próprio modo como a história do capitalismo se desenrolou durante o período do pós-Guerra. Período no qual, não só a descolonização da Ásia e da África reverteu uma das “faces mais visíveis” do imperialismo, como os conflitos armados entre potências mundiais pareceu ser posto de lado, em nome da estabilidade, da frutificação do comércio e dos investimentos internacionais. Transportando isso para os termos em que se desenrolara o debate “clássico” sobre a necessidade do imperialismo, Kautsky pareceria, portanto, ter razão. A incompatibilidade da guerra com os negócios, a coalização entre potências em nome da paz – em última instância o ultra-imperialismo. Nas palavras do pensador crítico Luiz Alberto Moniz Bandeira¹⁷:

que gerou no campo progressista a intervenção norte-americana no Iraque, no início dos anos 2000. Tão logo, anunciou-se a invasão, críticos imediatamente se puseram, com justiça, a denunciar os interesses envolvidos de Bush e seus “falcões” no controle da rica região petrolífera – em funções de negócios pessoais-familiares ou do capital norte-americano em geral, e daquele invertido nos campos petrolífero e do complexo industrial-militar, em particular. Mas, como pretendemos desenvolver, a crítica que se esgota nesse campo de denúncia se arrisca a se esvaír sem chegar ao centro da questão.

16 Não nos referimos aqui ao amplo conjunto de interpretações marxistas que, por caminhos muito diversos, buscou resgatar e revigorou o debate sobre o imperialismo a partir dos últimos anos do século XX. Alguns exemplos nesse campo são os trabalhos de Mészáros (2001), Wood (2014), Harvey (2005) e Callinicos (2009). Procedemos um mapeamento mais cuidadoso de algumas dessas interpretações em Corrêa (2012, cap. 4).

17 Em Corrêa (2012), como numa versão prévia deste artigo a que já se fez alusão, analisamos algumas interpretações acadêmicas da contemporaneidade em que esses “ecos do ultra-imperialismo” de Kautsky se fazia ouvir – das quais a mais explícita (embora não a mais influente) é, provavelmente, a de Odile Castel (1999).

“A perspectiva de guerras entre as potências imperialistas, conforme Lenin e os bolcheviques esperavam, já não existia na segunda metade do século XX. Elas haviam se deslocado para a periferia do sistema capitalista, para os países do Terceiro Mundo. Não mais se podia imaginar um conflito armado entre a França e a Alemanha, ou entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, ou entre algum desses países e os Estados Unidos. O que se confirmou foi a previsão de Kautsky, segundo a qual ocorreria uma exploração conjunta do mundo pelo capital financeiro, embora essa integração não eliminasse a competição comercial e as contradições entre as potências industriais, no mercado financeiro. Em 1975-1976, a administração do sistema global efetivamente passou do Conselho de Segurança da ONU para o Grupo dos Sete, G-7, formado pelos chefes de governo dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha, Grã-Bretanha, da Itália, da França e do Canadá, inicialmente com o objetivo de coordenar a política financeira internacional, agenda depois ampliada com outras questões de segurança e estabilidade econômica e política. Estava consolidado o cartel das grandes potências industriais, que Kautsky previra.” (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 304-305)

Mas, como já observamos, na base dessas afirmações está de maneira implícita, às vezes até irrefletida, um empirismo amparado na aparente ausência de conflitos bélicos. Para contestar tal visão, partamos do mais óbvio: vivemos uma “era de paz”? Será que, de fato, faz sentido afirmar supostas tendências pacifistas do capitalismo contemporâneo quando olhamos, por exemplo, para as recentes intervenções norte-americanas no Afeganistão e no Iraque ou para a tragédia produzida pela contínua guerra siriana, em que coadjuvam todas as potências ocidentais? Ora, mesmo no campo da pesquisa empírica, utilizada para afirmar as tendências pacíficas, a afirmação é duvidável. Recentemente, foi noticiado que em 2018 os gastos militares globais, puxados pela elevação dos gastos chineses e norte-americanos, atingiram números recordes em termos absolutos, como se vê nos **Gráficos 1 e 2**.

Gráfico 1 - Gasto Militar: Mundo, 1979-2018
(em bilhões de dólares correntes)

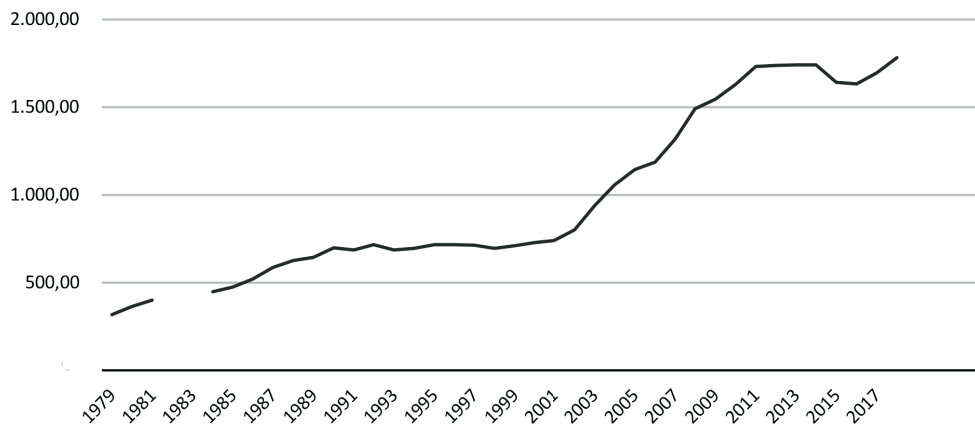
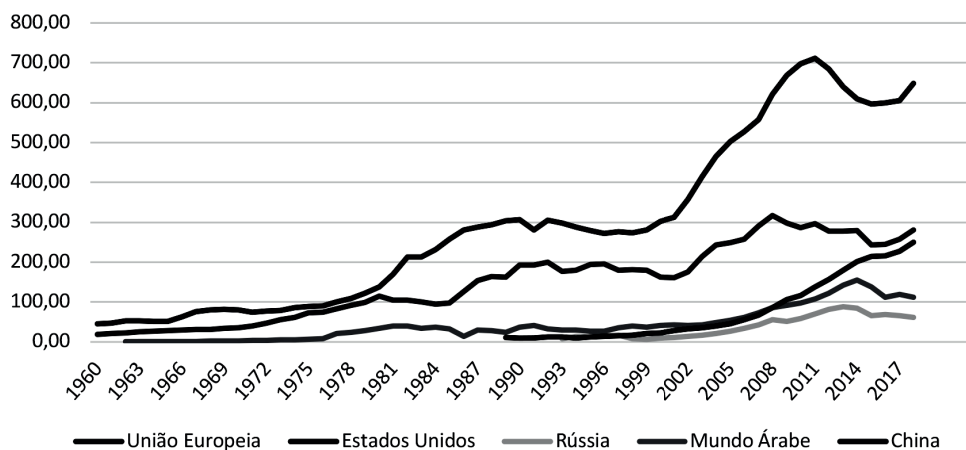


Gráfico 2 - Gastos Militares: países e regiões selecionadas, 1960-2018
(em bilhões de dólares correntes)



Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração própria.

A este número pode-se contestar, no entanto, que o valor dos gastos em relação ao PIB tem caído, apesar do aumento absoluto. Ainda assim, vejamos o que nos diz o último relatório da SIPRI, uma das instituições internacionais mais lembrada pela produção de estatísticas e análises sobre o tema:

“A segurança global se deteriorou marcadamente na última década. O número de conflitos armados aumentou. Ocorreu uma violência prolongada e chocante em grande parte do Oriente Médio, da África e do Sul da Ásia. A anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, e o apoio às forças separatistas no leste da Ucrânia formam um foco de disputa em meio à atmosfera geral de aprofundamento de confrontação entre a Rússia e o Ocidente. As transferências internacionais de grandes armas aumentaram e o gasto militar mundial se estabilizou em um alto patamar – superior ao nível em que esteve durante os últimos anos da guerra fria. Da mesma forma, o número de Estados que possuem armas nucleares aumentou embora o número de ogivas nucleares tenha continuado a cair. Contudo, as medidas que permitiram essa queda estão sob risco.” (SMITH, 2018, p. 3, tradução nossa)

Aliás, sobre esta última afirmação, notícias recentes dão conta de que tratados de desarmamento, firmados nos últimos dias da guerra fria, estão sendo ou serão esvaziados agora¹⁸. Não por acaso, o discurso do secretário-geral da ONU António Guterres na última Conferência sobre Desarmamento, realizada em fevereiro de 2019, assumiu tons catastrofistas, sugerindo que “o mundo está testemunhando o colapso de medidas internacionais para controlar instrumentos de destruição em massa” (ONU, 2019).

Ao mesmo tempo, o relatório da SIPRI lembra ainda que

“O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados estima que 28.300 pessoas são forçadas todos os dias a deixar suas casas por causa de conflitos violentos e perseguições. O total mundial de pessoas deslocadas forçadamente é de mais de 65 milhões e tem aumentado rapidamente nos últimos anos, primariamente em função dos efeitos de conflitos violentos.” (Ibid., p. 16, tradução nossa)

18 Caso mais emblemático dos últimos dias é o do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, que foi abandonado recentemente por Estados Unidos e Rússia. Notícias mais recentes dão conta também que o mesmo pode ocorrer com o tratado “New START”, que expira em 2021 e pode não ser renovado.

Pode-se levantar um paralelo “curioso” entre os debates que surgem desta última informação e o debate da virada do século. Como vimos, naquele caso, uma das “justificativas” que permitia naturalizar a necessidade do imperialismo era o excedente populacional europeu. Nos dias de hoje, porém, a direção dos fluxos migratórios inverte-se em direção à Europa e aos Estados Unidos, como resultado, especialmente, dos conflitos alimentados por essas potências e da própria disparidade nas condições de vida no plano mundial fomentados pelo imperialismo. Apesar disso, a “crise migratória” é na maior parte das interpretações cotidianas tratada sem uma vinculação à própria dinâmica capitalista, tornando-se um ingrediente a mais na explosiva mistura que tem permitido a ascensão global de partidos e governos de extrema-direita cujas propostas tendem precisamente a reforçar as rivalidades internacionais¹⁹.

É preciso reconhecer, contudo, que este movimento é por demais recente para que se preste a uma análise pormenorizada no âmbito deste artigo. O que nos interessa mais diretamente, em todo caso, é mostrar que há bases mais do que sólidas para que se conteste as supostas “tendências pacifistas globais” – e isso ainda não é tudo. Pois o mais fundamental é perceber que o imperialismo, e mais especificamente o sistema de rivalidades internacionais que dele faz parte, nunca saiu realmente de pauta, mesmo quando a pesquisa empírica não apontava abertamente nessa direção.

Não pretendemos realizar aqui um resgate demasiado amplo das inegáveis transformações operadas no interior do modo de produção capitalista ao longo do século XX. As características mais importantes do debate sobre a necessidade do imperialismo foram, primeiramente, rejeitar a “naturalidade” e a métrica

19 O efeito não chega a ser surpreendente quando se observa que o nacionalismo é historicamente um dos sustentáculos das ideologias de extrema-direita, embora não disponhamos de tempo e espaço para explorar de forma mais detalhada esse assunto aqui.

linear de “evolucionismo” (acentuado em Bernstein, por exemplo) com que se pretendia avaliar o imperialismo e, em segundo lugar, sublinhar sua vinculação à dinâmica do capital projetada sobre plano mundial (como aparece particularmente nas posições representadas por Lenin na seção anterior). É evidente que a história nunca para, que às transformações do fim do século XIX, analisadas no “debate clássico”, seguiram-se aquelas do século XX e que mudanças importantes podem e devem ser consideradas. Mas nem por isso se deve perder de vista que, mesmo operando sob formas distintas, é possível observar nesse período a reafirmação, ao invés da negação, do imperialismo.

Até a II Guerra Mundial, a trajetória de instabilidade econômica e a tensão política no plano internacional deixam poucas dúvidas de certa continuidade com as características principais do debate sobre a necessidade do imperialismo. É no pós-guerra que se define o contexto no qual o imperialismo passaria a ser contestado, conforme se concretizavam a descolonização e as alianças econômica e político-militar das “potências ocidentais” – sedimentadas num conjunto de instituições supranacionais (como a ONU, o FMI, o BIRD, a OTAN etc.) e na cooperação norte-americana para reconstrução da Europa e do Japão. Apesar disso, é possível dizer que a “partilha do mundo” entre capitais e potências capitalistas, para usar os mais que conhecidos termos de Lenin (1979, p. 641), avançaram.

A lógica do multilateralismo e do “liberalismo enraizado”²⁰ disseminada no pós-guerra foi sem dúvida fundamental para permitir que o controle sobre regiões econômicas do globo repousasse sobre fluxos de capital em que a violência não se faz explícita (empiricamente dada). Esses são certamente fatos relevantes para compreendermos a aparência “pacífica” assumi-

20 Sobre a ideia de “liberalismo enraizado”, inspirada no trabalho clássico de Karl Polanyi (2012), ver por exemplo Ruggie (1982) e Blyth (2002). Embora não se trate de uma análise marxista, autores como Harvey (2008) se apropriam da ideia para discutir a trajetória do capitalismo no pós-guerra.

da pelo capitalismo global²¹. A disparidade de poderio militar entre as potências capitalistas e a rivalidade contra o “socialismo real”, que impõe um deslocamento geográfico do lócus em que a violência bélica é utilizada, são provavelmente outros. Ao mesmo tempo, é forçoso notar que o período de derrocada da guerra fria não se fez acompanhar por redução dos gastos ou das intervenções militares, mas assistiu seu crescimento.

O que, entretanto, é fundamental perceber é que desde o pós-guerra até hoje, a manutenção da disparidade de poderio militar sustentada continuamente pelos Estados Unidos com relação às demais potências capitalistas foi um elemento fundamental da manutenção de sua hegemonia mundial²², assim como a disparidade constituída entre outras potências capitalistas e a periferia do sistema²³. A conservação (ou ampliação) dessas disparidades constituem-se assim como um efetivo imperativo. Elas servem para manter virtualmente incontestável a ordem atual de coisas, diminuindo a necessidade do uso da força. E, é claro, servem para permitir a contínua defesa dos interesses do grande capital ao redor do mundo, no limite, pela força. Se trata, portanto, de um imperativo que emerge precisamente da concorrência e da rivalidade interestatal. Dito de

21 Trata-se de algo que foi, sob diapasão teórico variado, apreendido por diversos autores marxistas como, por exemplo, Wood (2014) e Panitch & Gindin (2006). Leite (2016) propõe uma interessante chave de leitura para esse fenômeno, indicando que em distintos períodos da história do capitalismo, aspectos diversos do imperialismo manifestam-se com mais ou menos força.

22 A expansão do militarismo, especialmente sob o forte crescimento do complexo industrial-militar norte-americano, durante os anos do pós-guerra e suas consequências foram amplamente documentadas, por exemplo, em Magdoff (1979) e Mészáros (2001).

23 Falando de um caso menos discutido, Pradella & Rad (2017) discutem os interesses do capital e das potências europeias na intervenção da OTAN na Líbia, partindo precisamente da ausência de análises capazes de articular a evolução histórica recente daquele país com a própria dinâmica do capitalismo mundial, particularmente do imperialismo europeu.

outra forma: mesmo que não houvesse a eclosão de uma guerra sequer em todo esse período – e todos sabemos que houve inúmeras e de profundas consequências para a situação em que nos encontramos – a rivalidade não estaria eliminada, mas conservada sob forma diversa.

É bom que se diga que, em nossa última afirmação, não se trata de uma simples reafirmação da necessidade do imperialismo como defendida nas teses de Lenin no início do século XX, mas sim da reafirmação da importância de tratar a questão da guerra e da paz nos dias presentes a partir da análise da constituição própria da sociedade capitalista. O perigo de não o fazer é o de continuar produzindo análises que, com mais ou menos refinamento, não fazem mais que revelar os mesmos estereotipados desejos de um “concurso de miss”.

À guisa de conclusão

Há mais ou menos cem anos atrás Kautsky estabeleceu um paralelo entre as tendências ao ultra-imperialismo e ao monopólio. Segundo ele, assim como o monopólio era resultado da concorrência, a emergência do ultra-imperialismo, com suas tendências pacíficas, seria resultado do acirramento das disputas bélicas do imperialismo em curso. Talvez se possa dizer que ele estava, em alguma medida, certo pelos motivos errados. Pois assim como o monopólio, desde uma perspectiva marxista, não elimina a concorrência, a formação de uma “coalizão capitalista” não elimina as rivalidades interestatais.

Boa parte das análises sobre as intervenções militares no capitalismo contemporâneo procurou, mesmo entre os críticos, radicar o problema em políticas irracionais (associadas, para mencionar apenas o caso mais evidente, aos “falcões” de George W. Bush ou, mais recentemente, aos discursos truculentos e xenófobos de Trump e da nova (extrema) direita no plano mundial). Mas as noções de “política” e “irracionalidade” sus-

tentadas em interpretações desse tipo podem facilmente trair seu intuito original. Não obstante, os absurdos do conservadorismo crescente, interpretações como essas conferem aos conflitos contemporâneos um caráter casual e atribuem às relações comerciais (capitalistas) uma racionalidade questionável, reeditando (conscientemente ou não) a doutrina do *doux commerce* que marcou o pensamento liberal sobre a emergência do capitalismo. Nada mais distante da realidade. A universalização do capitalismo no século XX não deveria trazer expectativas de fim das rivalidades internacionais, culminem elas em explosões mais ou menos violentas.

Entendido como uma determinação do capitalismo, o imperialismo pode manifestar-se por formas diversas, de acordo com as circunstâncias históricas. Mas o armistício entre as potências capitalistas não significa seu fim. Ao contrário, dá margem a sua afirmação por outros meios, enquanto sua explosão violenta, na guerra, permanece latente.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD>>. Acesso em 20/01/2020.

BLYTH, Mark. *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

BUKHARIN, Nicolau. Imperialismo e acumulação de capital. In: Tarbuck, K. (Ed.). *Imperialismo e acumulação de capital*. Lisboa: Edições 70, 1976.

CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Cambridge: Polity, 2009.

CASTEL, Odile. *La naissance de l'ultra-imperialisme: une interprétation du processus de mondialisation*. In: DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. (org.). *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

CORRÊA, Hugo. F. Teorias do imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo. *Tese (doutorado)* – Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Niterói, 2012.

DAY, Richard & GAIDO, Daniel. *Discovering imperialism: social democracy to World War I*. Leiden: Brill, 2012.

ETHERINGTON, Norman. *Theories of imperialism: war, conquest and capital*. Nova Jersey: Barnes and Noble Books, 1984.

GALLAGHER, John.; ROBINSON, Ronald. The Imperialism of FREE TRADE. *The Economic History Review*, v. VI, n. 1, 1953.

GILLEY, Bruce. The case for colonialism. *Third World Quarterly*, v. 38, 2017.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, John. *Imperialism: a study*. Nova Iorque: Cosimo,

2005.

KATZ, Claudio. *Bajo el imperio del capital*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2011.

KAUTSKY, John H. J. A. Schumpeter and Karl Kautsky: Parallel Theories of Imperialism, *Midwest Journal of Political Science*, v. 5, n. 2, mai. 1961.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo; Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, A. (org.). *UTÓPICOS, HERÉTICOS E MALDITOS: os percursos do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KOEBNER, Richard & SCHMIDT, Helmut. *Imperialism: the story and significance of a political word, 1841-1960*. Cambridge: Cambridge University, 1964.

KRAUSZ, T. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LEITE, Leonardo. O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. *Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Niterói*, 2016.

LENIN, V. I. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. In: _____. *Obras escolhidas, v.1*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAGDOFF, Harry. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MÉSZÁROS, Istvan. *O SÉCULO XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MUSTO, Marcello. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Guterres alerta para riscos de nova corrida por armas nucleares*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/guterres-alerta-para-riscos-de>

-nova-corrída-por-armas-nucleares/>. Acesso em junho de 2019.

PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. *Capitalismo global e império norte-americano*. In: Panitch, L.; Leys, C. (Ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires/Londres: CLACSO/Merlin, 2006.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70, 2012.

PRADELLA, Lucia. *Marx's Capital and Imperialism*. *Historical Materialism*, n. 21, v. 2, 2013.

PRADELLA, Lucia & RAD, Sahar T. *Libya and Europe: imperialism, crisis and migration*. *Third World Quarterly*, v. 38, n. 11, 2017.

RUGGIE, John G. *International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order*. *International Organization*, v. 36, n. 2, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SMITH, Dan. Introduction: International stability and human security in 2017. In: SIPRI Yearbook 2018: *Armaments, Disarmaments and International Security*. Estocolmo: SIPRI, 2018.

SWEEZY, Paul. Introdução. In: Schumpeter, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

WOOD, Ellen. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.